



**À PREGOEIRA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – AMMESF.**

**ASSUNTO:** Impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2024

**REFERÊNCIA:** PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 003/2024 PREGÃO ELETRÔNICO 003/2024  
REGISTRO DE PREÇOS 003/2024

A **11E CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA – ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Avenida Maracanã, nº 667, apto 107, bloco 001, Bairro Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20.550-144, inscrita no CNPJ/MF nº 19.747.018/0001-80, por intermédio de seu administrador, Sr. Felipe José Ansaloni Barbosa, inscrito no CPF sob o nº 050.225.996-51, RG MG-10.313.183, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, nos termos do item 11. 1 do instrumento convocatório em epígrafe e do art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, oferecer a presente

#### **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

haja vista **a existência de exigências restritivas à competitividade do certame constantes no Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2024**, que tem por objeto o Registro de Preços para a *“FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ARQUITETURA, ENGENHARIA (PROJETOS DE TOPOGRAFIA, GEOTÉCNICA, INFRAESTRUTURA, SINALIZAÇÃO VERTICAL, HORIZONTAL E TURÍSTICA, EDIFICAÇÕES, ORÇAMENTOS, ENSAIOS, GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS E ATIVIDADES RELATIVAS A LICENCIAMENTOS, ANÁLISES, ESTUDOS E FISCALIZAÇÃO NA ÁREA AMBIENTAL) E ESTRUTURAÇÃO; E DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICOFINANCEIRA PARA PROJETOS DE CONCESSÕES PÚBLICAS E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (“PPP”), DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, PELO PRAZO DE 12 MESES, DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA AMMESF”*.



## I. DA TEMPESTIVIDADE

De início, cumpre anotar a tempestividade da presente Impugnação. O item 11. 1 do Edital estabelece que as *“Impugnações e esclarecimentos ao ato convocatório do Pregão serão recebidos até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da licitação. (...)”*.

Considerando que o certame tem data de abertura prevista para o dia **19/03/2024**, **o prazo fatal para manifestar é a data 14/04/2024**, o que denota, portanto, a tempestividade desta Impugnação.

## II. DAS CLÁUSULAS E EXIGÊNCIAS RESTRITIVAS À AMPLA COMPETIÇÃO

Inicialmente, antes de adentrarmos ao mérito propriamente dito da presente impugnação, importante destacarmos alguns pontos relacionados ao planejamento do presente certame que fizeram constar do termo de referência do seu Edital e em seus anexos.

Como se sabe, a nova lei de licitações, que rege o processo em debate, previu em seu artigo 85, como inovação legislativa, a possibilidade de adoção do sistema de registro de preços para obras e serviços de engenharia, desde que atendidos alguns requisitos, senão vejamos:

*Art. 85. A Administração poderá contratar a execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços, desde que atendidos os seguintes requisitos:*

*I - existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;*

*II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.  
(grifei)*



Nota-se, que o sistema de registro de preços, de acordo com a novel legislação, poderá ser adotado para obras e serviços de engenharia com projetos padronizados, sem complexidade técnica e operacional e, cuja necessidade seja permanente e frequente para o órgão licitante.

Dando sequência, o artigo 86 estabelece, de forma clara e objetiva, que a entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, *in verbis*:

*Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.*

Ao caso, percebe-se, que o grau de exigência de qualificação técnica e operacional exigida no Edital como requisito de habilitação (item 9.4) não coaduna com os serviços licitados que devem possuir projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional, o que contraria o inciso I do artigo 85 da Lei 14.133/2021.

Ainda, o item 1.5 do Termo de Referência, que justifica os quantitativos adotados pela Associação para a contratação compartilhada para os 44 (quarenta e quatro) Municípios consorciados, não menciona a adoção do procedimento público de intenção de registro de preços, exigido pelo artigo 86 da Lei 14.133/2021, **deixando transparecer que a**



estimativa total e as quantidades da contratação foram realizadas de forma unilateral pelo órgão gerenciador, sem consulta prévia.

Nesse diapasão, como o planejamento foi alçado a princípio licitatório pela Lei 14.133.2021, conforme previsto expressamente em seu artigo 5º, notório que tais pontos, caso não sejam devidamente justificados pela ilustre pregoeira, impedem o trânsito do presente certame licitatório.

## **II. 1 – FALTA DE JUSTIFICATIVA IDÔNEA PARA O NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO:**

O Edital ora impugnado, no singelo Estudo Técnico Preliminar que o compõe, prevê no item 5 daquele documento que não se aplica o parcelamento do objeto, ao caso, uma vez que a *“contratação de empresas distintas para execução de cada demanda não seria vantajoso, e impossibilitaria a padronização do serviço fornecido”*, senão vejamos:

### **5. Justificativa para o Parcelamento ou Não da Solução**

Não se aplica o parcelamento, uma vez que a contratação de empresas distintas para execução de cada demanda não seria vantajoso, e impossibilitaria a padronização do serviço fornecido.

Em que pese o ETP não possuir data e signatário, como todo respeito que mereça o seu idealizador, notório que a justificativa apresentada não possui qualquer respaldo técnico e operacional para servir como motivação válida para o ato administrativo ora questionado.

De acordo com o Termo de Referência, onde no seu item 1.2 são descritos e detalhados os serviços licitados, nota-se, claramente, e sem a necessidade de conhecimento técnico profundo sobre o assunto, que são várias atividades distintas e sem qualquer influência ou sobreposição de uma sobre a outra a justificar a aglutinação no mesmo objeto.



Não há como justificar, como exemplo, uma empresa que será responsável pelo projeto destinado ao asfaltamento de ruas para determinado Município consorciado, ter, no mesmo contrato e certame licitatório, que comprovar expertise em projetos de construção de hospitais e ou prédios públicos em geral, conforme exigido no Edital. Um absurdo!

Essa aglutinação, ao nosso sentir, possui o único objetivo de restringir a competição, afastando do certame inúmeras empresas de serviços de engenharia com atuação em ramos específicos e autônomos, o que acarretará, sem sombra de dúvida prejuízo ao erário público.

Tanto é verdade, que para fazer face a essa regra restritiva, o item 9.4.1 do Edital existe a exigência de qualificação técnico-operacional, como requisito de habilitação, com a apresentação de atestados para 11 (onze) atividades distintas e autônomas de engenharia:

**9.4.1** Para atendimento da qualificação **técnico-operacional**, será (ão) exigido(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacionais emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante tenha executado para o órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, os seguintes serviços:

- 9.4.1.1. Elaboração de Projeto Arquitetônico;
- 9.4.1.2. Elaboração de Projeto Arquitetônico em hospitais ou UBS.
- 9.4.1.3. Elaboração de Projeto Urbanístico e Paisagístico;
- 9.4.1.4. Elaboração de Estudos Ambientais em obras de infraestrutura;
- 9.4.1.5. Elaboração de Projeto de Drenagem Pluvial;
- 9.4.1.6. Elaboração de Projeto de Pavimentação Asfáltica Urbana e Rodoviária;
- 9.4.1.7. Elaboração de Projeto de Obra de Pontes ou Viadutos;
- 9.4.1.8. Elaboração de Projeto de Saneamento;
- 9.4.1.9. Elaboração de Projeto Estrutural em Concreto;
- 9.4.1.10. Elaboração de Projeto de Estrutura Metálica;
- 9.4.1.11. Elaboração de Projeto de Rede de Iluminação Pública;



Por fim, ainda sobre o ETP, o seu item 6, menciona, expressamente, que “a despesa se encontra devidamente prevista dentro das contratações previstas dentro dos municípios através do planejamento orçamentário. Tornando assim viável a sua contratação e aplicação no plano anual”.

Nada obstante, em pesquisa ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, para o atual exercício de 2024, nesta data, não encontramos a divulgação do Plano de Contratação Anual - PCA divulgado de vários Municípios, podendo citar como exemplo: Bocaiuva; Buritizeiro; Curvelo; Manga; e Pirapora, fato que demonstra, mais uma vez, o desrespeito ao princípio do planejamento.

Diante desse contexto, a aglutinação de diversos tipos autônomos de serviços de engenharia no mesmo objeto sem justificativa técnica e operacional idônea, ainda mais quando se utiliza o sistema de registro de preços, exigindo do licitante a comprovação de expertise em inúmeras áreas em conjunto, sendo 11 (onze) ao total, restringe o caráter competitivo do certame, podendo ocasionar prejuízo ao erário, fato que deve ensejar a alteração do Edital para correção.

## **II. 2 – FALTA DE DETERMINAÇÃO DAS PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA PARA FINS DE EXIGÊNCIA DO ESTADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:**

Conforme já abordado anteriormente, o sistema de registro de preços para obras e serviços de engenharia somente poderá ser utilizado, quando o objeto versar sobre projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional (art. 85, inciso I).

Nada obstante, na descrição e detalhamento dos serviços prevista no item 1.2 do Termo de Referência do Edital, **não houve menção das parcelas de maior relevância ou valor significativo da contratação para embasar a exigência do complexo e extenso rol de**



**atestados de capacidade técnico-profissional exigidos no seu item 9.4.2. como requisito de habilitação, sendo:**

*9.4.2. Para atendimento à qualificação técnico-profissional, será exigida a comprovação de o licitante possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, profissional(is) de nível superior ou outro(s) reconhecido(s) pelo CREA/CAU, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA/CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, serviços relativos a:*

*9.4.2.1. Elaboração de Projeto Arquitetônico; 9.4.2.2. Elaboração de Projeto Urbanístico e Paisagístico; 9.4.2.3. Elaboração de Projeto de Drenagem Pluvial; 9.4.2.4. Elaboração de Projeto de Pavimentação Asfáltica Urbana e Rodoviária; 9.4.2.5. Elaboração de Projeto de Pontes ou Viadutos 9.4.2.6. Elaboracao de projeto de topobatemetria, planilamtimetrico e projeto topografico 9.4.2.7. Elaboração de Projeto de Saneamento; 9.4.2.8. Elaboração de Projeto Estrutural em Concreto; 9.4.2.9. Elaboração de Projeto de Estrutura Metálica; 9.4.2.10. Elaboração de Projeto de Rede de Iluminação Pública; 9.4.2.11. Elaboracao de projeto de Eletrico de substacao. 9.4.2.11. Elaboracao de projeto de instalacao de gas 9.4.2.13. Elaboracao de projeto de projeto contra incendio PCIP 9.4.2.14. Elaboracao de projeto de cabeamento estrturado 9.4.2.15. Elaboracao de projeto de Estrtural de Alto desempenho 9.4.2.16. Elaboracao de projeto de Fundacoes*



*profundas 9.4.2.17. COORDENAÇÃO TÉCNICA ELABORAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS EM BIM 9.4.2.18. Realização de coordenação e compatibilização de projetos. 9.4.2.19. Elaboração de Estudos Ambientais em obras de infraestrutura;*

Notoriamente e indubitavelmente, a exigência supra, da forma como consta do Edital impugnado, afronta o disposto no artigo 67, inciso I e §§ 1º e 2º da Lei 14.133/2021, que assim dispõe:

*Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:*

*I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;*

*§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.*

*§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados. (grifei)*

Destaca-se, que ainda sobre a vigência da Lei 8.666/93, o TCU editou a Súmula 263 a respeito do tema, que assim dispõe:

Súmula/TCU 263:



*“Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”*

Nestes termos, o Edital deverá ser ratificado, fazendo nele inserir as parcelas de maior relevância ou valor significativo da contratação, para fins de legitimar a exigência dos atestados de capacidade técnico-profissional exigidos no item 9.4.2. do Edital, como requisito de habilitação, ou suprimir tal exigência desarrazoada.

### **III. DO PEDIDO**

Diante dos fatos e fundamentos apresentados, resta claro que o instrumento convocatório em análise está eivado de ilegalidades e vícios que impedem o trânsito regular do certame sem as devidas correções e adequações, podendo registrar o que segue abaixo:

- a) Inobservância do princípio do planejamento uma vez que o Estudo Técnico Preliminar utilizado para amparar a elaboração do Termo de Referência encontra-se apócrifo, sem data, e com informações inconsistentes, tais como: Menção da existência de Plano de Contratação Anual nos Municípios Consorciados que não encontram-se publicados no PNCP para conferência; exigência de qualificação técnica em desconformidade com a complexidade do objeto; e estimativa dos quantitativos pela Associação para a contratação compartilhada para os 44 (quarenta e quatro) Municípios consorciados, sem observância dos requisitos exigidos pelo artigo 86 da Lei 14.133/2021.
- b) Regras e condições de participação que frustram o caráter competitivo do certame, isso porque o Edital não apresentou justificativa técnica e operacional idônea, ainda mais quando se utiliza o sistema de registro de preços, exigindo do licitante a



comprovação de expertise em inúmeras áreas em conjunto, sendo 11 (onze) ao total, para aglutinação de diversos tipos autônomos de serviços de engenharia no mesmo objeto, afrontando o disposto no artigo 18, inciso VIII da Lei 14.133/2021; e , falta de descrição e detalhamento das parcelas de maior relevância ou valor significativo da contratação, para fins de legitimar a exigência dos atestados de capacidade técnico-profissional exigidos no item 9.4.2. do Edital, como requisito de habilitação, em afronta ao artigo 67, inciso I e §§ 1º e 2º da Lei 14.133/2021.

Nestes termos, requer o processamento da presente impugnação e acatamento das razões expostas para que se proceda as devidas correções ao instrumento convocatório.

Belo Horizonte, 14 de março de 2024.

**Felipe José Ansaloni Barbosa**

**CPF 050.225.996-51**

**11E CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA – ME**